

O projeto político pedagógico nas instituições escolares

Jéssica Luana Casagrande* 

Camila de Fátima Soares dos Santos** 

Universidade Federal de Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil.

Resumo

O Projeto Político Pedagógico (PPP) e o papel que desempenha dentro da escola se configuram como tema deste artigo. Objetiva-se discutir como este documento é analisado e quais são suas contribuições no âmbito escolar. Por meio de abordagem qualitativa, utilizou-se análise bibliográfica e fez-se aplicação de questionários e entrevistas ao grupo de professores e gestores da Escola de Educação Básica Professora Jurema Savi Milanez, localizada no município de Quilombo, oeste catarinense. Evidencia-se o PPP como documento que é concebido de modo relevante dentro da escola, bem como um possível instrumento de formação ao ser utilizado como base para tudo que é realizado e discutido neste espaço. O PPP pode ser analisado como instrumento que possibilita problematizar o espaço da escola.

Palavras-chave: Projeto Político Pedagógico; Formação de Professores; Escola.

Abstract

The political pedagogical project in the school institutions

The Political Pedagogical Project (PPP) and the role that has inside the school is the theme of this article. The objective is to discuss how this document is analysed and which are its contributions in the school environment. Through a qualitative approach, a bibliographic analysis was used and application of questionnaires and interviews to the group of teachers and school managers of the Basic Education School, Professora Jurema Savi Milanez was made, located on the county of Quilombo, Santa Catarina West. The Political Pedagogical Project is evidenced as a document that it is conceived in a relevant form within the school, as well as a possible instrument of formation to be used as a basis for everything that is done and discussed in this space. The Political Pedagogical Project may be analysed as instrument that makes possible to problematize the space of the school.

Keywords: Political Pedagogical Project; Teachers Formation; School.

Resumen

El proyecto político pedagógico em las instituciones

El tema de este artículo es el Proyecto político pedagógico (PPP) y el papel que el desempeña dentro de la escuela. El objetivo es discutir cómo se analiza este documento y cuáles son sus contribuciones en el entorno escolar. Mediante el enfoque cualitativo, utilizamos el análisis bibliográfico y la aplicación de cuestionarios y entrevistas al grupo de docentes y gerentes de la Escuela de Educación Básica Jurema

* E-mail: jessicaluanacasagrande@gmail.com

** E-mail: camilafss13@gmail.com

Savi Milanez, ubicada en el municipio de Quilombo, al oeste de Santa Catarina. El PPP se evidencia como un documento concebido de manera relevante dentro de la escuela, así como un posible instrumento de capacitación que se utilizará como base para todo lo que se hace y discute en este espacio, siendo un instrumento que permite problematizar el espacio escolar.

Palabras clave: Proyecto Político Pedagógico; Formación de Profesores; Escuela.

Introdução

Discorrer sobre a educação e buscar compreender o papel que ela desempenha dentro de uma sociedade permeada por mudanças abrem espaço para debater e lidar com diversos desafios, que por outrora instigam e exigem um posicionamento, um exercício de escuta, de inserção e também de distanciamento nos espaços em que se concretiza. Exige ainda reflexão e, principalmente, olhar crítico e sensível ao caráter múltiplo e à bagagem da diversidade a qual ela carrega. Ao se propor o debate acerca da realidade escolar e dos subsídios que a tornam um espaço de ensino e de aprendizagem entre os diferentes saberes, considera-se sua totalidade, tendo consciência da luta travada há muitos anos, os percalços e os desafios, os avanços e as conquistas. Ao se propor observar a realidade das instituições escolares, identificam-se quais os desafios que permeiam o dia a dia desses espaços, analisando as relações que se firmam, os documentos que dão base à instituição, bem como os fundamentos que caracterizam a escola como um todo. Deste modo, o presente artigo resulta de uma pesquisa que foi realizada, tendo por intuito, dentro dessas discussões, compreender o papel que o Projeto Político Pedagógico (PPP) assume nas instituições escolares, na condição de ser ele um importante instrumento que embasa o trabalho docente e orienta todo o trabalho pedagógico da escola, compondo o conjunto de perspectivas a partir do ser humano que se busca formar e da sociedade que se objetiva construir. A metodologia que subsidiou o trabalho partiu de uma abordagem qualitativa, considerando a importância de adentrar os espaços e estar em contato com a realidade, que neste caso teve como *locus* a escola. A análise bibliográfica permitiu observar, dentro de um recorte temporal (2009-2019)¹, os estudos que foram realizados nessa temática, e que possibilitou o andamento das discussões sob uma nova perspectiva, a partir de novas problematizações. Para além dessas considerações, foram aplicadas também questões norteadoras acerca do tema, por meio de entrevistas e questionários a um grupo de professores e gestores. Ao considerar a relevância do tema, os questionamentos acerca do PPP permitiram o diálogo diante as suas concepções, por meio dos autores que ver-

¹ O recorte temporal integra o período de 2009 a 2019, pois consideramos um período de 10 anos para que pudéssemos contemplar uma quantidade significativa de pesquisas sobre a temática.

sam sobre o tema e pela voz dos sujeitos² que se encontram diariamente na escola³. Os professores são vistos como sujeitos críticos e reflexivos, por isso a importância da sua voz ao ecoar sobre sua atuação, seu ambiente de trabalho, e a voz dos gestores, quando considerada a relevância do trabalho coletivo dos profissionais da escola, vindo ao encontro de uma gestão democrática, que tem como orientação a construção de um PPP alinhado ao fazer escolar. A partir disso, o olhar da pesquisa realizada, bem como no parecer do artigo surgem para dar abertura a importância do PPP como instrumento valioso dentro das instituições, na condição de também problematizar os demais materiais que adentram a escola para orientar suas atividades e que tampouco partem de suas necessidades e desafios. As falas e análises coletadas na escola, bem como a soma da leitura de estudiosos sobre o tema abarcou uma nova perspectiva voltada ao PPP, que o analisa como voz da escola, e que faz questionar a própria formação continuada dos professores, quando são vistos como protagonistas desse processo, e como sujeitos que estão presentes no emaranhado de vozes dentro do PPP.

Um olhar sobre o projeto político pedagógico

O PPP é um documento escolar desenvolvido pelos próprios profissionais que estão presentes nesse meio. A partir de discussões coletivas, organiza-se sua construção, implementação e avaliação, estruturado dentro das condições em que é desenvolvido e utilizado no cotidiano escolar. Ao tratar sobre esse documento, abre-se a possibilidade de analisar como ele é visto no contexto da escola, diante as condições de ser um documento legal, construído apenas por regulamento e engavetado após ser estruturado, ou com a possibilidade de ser um instrumento norteador para os profissionais da escola, diante da complexidade das informações que contém, tendo sua base na realidade dos educandos, da equipe escolar e da sociedade a qual estão inseridos. Debater sobre o PPP permite o trabalho com essas questões, a partir de um documento que analisa essa realidade, sendo, assim como Gadotti (1998) destaca, um documento inconcluso, que tem sua finalidade sempre no horizonte e permite o olhar para dentro da escola e o que a constitui, advindo das condições que trazem cada sujeito que dela fazem parte.

² Participaram da pesquisa 22 professores e três sujeitos que trabalham na gestão da escola. Foram utilizados nomes fictícios para referir-se a eles, com o objetivo de não identificar sua identidade. Optou-se também pela utilização de nomes apenas femininos, pois a ausência dos nomes nos questionários e na entrevista não permitiu a identificação do sexo dos participantes.

³ A escola *locus* da pesquisa foi a Escola de Educação Básica Prof.^a Jurema Savi Milanez, localizada no município de Quilombo (SC).

Ferreira (1993) destaca que o PPP traz em seu próprio DNA a concepção de educação, da formação do homem e de uma sociedade que se pretende formar, e estes são aspectos relevantes quando se discute o papel que ele pode e vem a desempenhar dentro da escola, ainda mais quando percebe-se que “[...] toda a construção, a execução e a avaliação do projeto se sustentam na participação responsável” (MOROSINI, 2006, p. 182), e que isso age no encontro com a própria concepção de gestão democrática, no trabalho coletivo de todos os profissionais. Ao dialogar com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de acordo com a Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), que tem como base a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, percebe-se a evidência de uma gestão democrática dentro das escolas públicas, que compreende o PPP como um instrumento que serve como aspecto de mudança. Mais especificamente, no Art. 12, inciso I, essa Lei destaca: “respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino”, as escolas precisarão realizar a elaboração e a execução do Projeto Político Pedagógico: PPP” (BRASIL, 1996, s/p). Essas condições o tornaram um documento necessário em todas as escolas, mas eram restritas as discussões em torno do papel que o PPP viria desempenhar dentro dela, e por vezes isso limitava seu papel (VASCONCELOS, 2011, p. 19). Dentre as diversas discussões acerca deste documento e das dimensões que o caracterizam, pode-se considerar que o PPP é um

Documento sempre provisório que afirma publicamente aquilo em que acredita uma determinada comunidade educativa e que fundamenta uma prática pedagógica concreta. Origina-se num processo participativo de construção de significados, no esforço de definir e configurar uma nova identidade à instituição (MOROSINI, 2006, p. 182).

Este documento vem ao encontro de uma gestão democrática, quando, como projeto coletivo, permite que através do diálogo sejam firmados os aspectos que norteiam a escola, bem como o sujeito que buscam formar, a sociedade que desejam construir e as ações que neste espaço são desenvolvidas, compreendendo que o PPP pode ser visto como um “instrumento para a construção de uma educação de qualidade democrática, um ponto de apoio para todos aqueles que se comprometem com esta causa” (VASCONCELOS, 2011, p. 19-20). O PPP é visualizado também a partir do viés político e pedagógico pela possibilidade do olhar singular que possui, e pelo caráter que atribui nesta pesquisa. Ao se trabalhar o político, considera-se que todas as ações são firmadas como um ato político, autônomo, a opção quanto a um posicionamento, e a condição de se perceber que nenhuma ação é neutra, e que interfere constantemente nas ações do outro, que compartilha de um espaço em comum. Quanto ao pedagógico, avalia-se na perspectiva do como, por que, para quem estou conduzindo este trabalho,

a condição que norteia a existência da escola, e que parte de sua realidade. Buscando frisar assim essas duas dimensões, evidencia-se que

É político por ter um compromisso a ser firmado com a formação do educando para um determinado tipo de sociedade. É político, portanto, porque é norteado por intencionalidades. A dimensão política, então, só se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica. A dimensão pedagógica, por sua vez, é a principal responsável pela garantia da efetivação das intencionalidades da escola. Nesse sentido, político e pedagógico são duas dimensões indissociáveis de um projeto educativo (SAVIANI, 1997, p. 92).

A característica utópica que dele também faz parte serve como aspecto que o visualiza na construção coletiva, e que busca o novo, uma melhoria, de uma prática que é viva e que ocorre em um determinado espaço e tempo. Esta utopia que o constitui não inibe sua concretização diária, mas como condição importante atua junto à “intenção do que se pretende realizar – projeções, inovações, mudanças e rupturas – e principalmente coragem e ousadia para propô-las” (MOROSINI, 2006, p. 182). Sua construção na coletividade e as suas intencionalidades educativas permitem a constante troca entre os sujeitos presentes na escola e, assim como destaca Vasconcellos (1995), pode ser usado para ressignificar as ações dos agentes que atuam na escola e enfrentam os desafios do cotidiano. Por isso que, para além de ser uma imposição legal, é permeado por preocupações sociais e políticas em torno de um processo em que todos podem contribuir e atuar. Quando se abre espaço de socialização para a construção do PPP, além de ser propiciado um trabalho baseado na coletividade, permite também “uma crescente profissionalização docente” (PIMENTA, 2002, p. 157), e que outrora serve como meio de formação, a partir dos debates levantados em busca de melhorias e de mudanças. Ao ressignificar, assim, o papel do PPP na escola, abre-se espaço também para se pensar a educação na medida das condições em que ela se desenvolve, na intenção da ação educativa, observando e consolidando a possibilidade de se pensar na formação continuada dos professores no locus escolar. Ao dispor, deste modo, da condição de problematizar a escola e os aspectos que nela acontecem, a construção coletiva do PPP o torna um instrumento de orientação para a práxis, ainda mais quando se compreende o fundamental papel que ele desenvolve quando advém de um compromisso que foi elaborado e construído coletivamente. Por assim dizer, o PPP vem ao encontro, “não como um texto formal, mas como expressão viva de concepções, princípios, finalidades, objetivos e normas que orientam a comunidade escolar [...]” (BRASIL, 2013, p. 176-179). Ao se visualizar essa construção coletiva, analisa-se as condições em que ele foi elaborado e remodelado, a sua presença em meio aos debates

e às discussões escolares, a gama de aspectos que ele carrega quanto à escola, à equipe de profissionais, aos alunos, a relação com a família, com a sociedade. Surge assim a possibilidade de tê-lo como instrumento teórico-metodológico, não com propósito de conter receitas prontas de como agir neste contexto, mas como documento que pode nortear as ações e que institucionaliza tudo que é desenvolvido com base neste compromisso que foi firmado coletivamente. O PPP se torna um poderoso instrumento de conhecimento da escola, ainda mais se for visto como documento que foi construído nela e por ela. Assim, pode servir também como meio para formar continuamente o professor, visto que mantém suas bases no que acontece diariamente. Por isso que é interessante, e também necessário, que as reflexões possam partir do chão da escola, dos documentos que dão base a ela, das iniciativas e dos caminhos que a educação abre, em um processo diário.

O PPP a partir da realidade escolar: o olhar dos professores e gestores

As discussões acerca da educação e a condição de tê-la como aspecto de melhoria social surgem e instigam transformações que não ocorrem apenas neste âmbito, mas refletem em diversas vertentes e condicionam mudanças tão necessárias. Ao partir desta perspectiva, surge determinada necessidade de se investir nela, com políticas que permitem sua valorização, a valorização de seus profissionais, e de possibilidades de uma formação que não ocorra, como reitera Carvalho (2005), em torno de treinamento, palestras e cursos, mas por meio da ação do educador dentro da escola, considerando seu cotidiano e projetos que se desenvolvem (NÓVOA, 2004). Através deste projeto, “[...] se confere consistência, amplitude e sentido à prática pedagógica, porque é por meio dele que se congregam as energias, se traçam perspectivas e se organiza o processo de trabalho na escola” (OLIVEIRA, 2003, p. 41), dentro da possibilidade deste documento ser usado como subsídio para as discussões no âmbito escolar, tornando-o um espaço de formação. As mudanças voltadas ao PPP sempre partem das condições que se tornam necessárias dentro da escola, e a formação pautada e levantada nesses momentos surge por meio do diálogo, da troca entre professores e no desenvolvimento de ações voltadas aos desafios que surgem. Como forma de aprimoramento, a formação inicial ou continuada possibilita esse processo de uma aprendizagem constante, e representa um ciclo contínuo em busca de melhoria. Ao propor deste modo essa problematização acerca do PPP e do espaço que ele ocupa nestas discussões, analisa-se que

Um conceito fundamental para pensar a educação é o de Projeto, pois ele se recusa a considerar a escola como um modelo ideal, pronto e acabado. Uma escola como um modelo ideal e não flexível não existe, uma vez que ela vai se construindo nas contradições do seu cotidiano, que envolve situações diversas, correlações de força em torno de problemas, impasses, soluções, vivenciados a cada momento (OLIVEIRA, 2003, p. 40).

Esta multiplicidade de sujeitos, de ideias e vozes ecoam dentro do projeto, quando se compreende que ele se constrói na coletividade, por meio de constantes discussões e reformulações. Considerando, portanto, essa possibilidade, torna-se importante olhar para a forma como este documento é tratado pelas pessoas que estão em contato com ele, e de perceber qual a condição que o mantém em constante uso e reformulação dentro da escola, na possibilidade de desempenhar o papel de um projeto emancipador da própria escola, quando representa a sua força coletiva. Ao ser organizado o processo de construção da pesquisa, foram delimitadas orientações para que ela fosse realizada, a partir de leituras constantes e da própria inserção na escola, do espaço onde se concretizam as ações e que implicam em discussões necessárias e instigantes. De modo geral, pode-se dizer que a análise da pesquisa a partir dos dados coletados permitiu considerar o PPP como um documento norteador, construído pela equipe escolar, e que envolve o que está sendo realizado na escola, o que está por vir, a partir de suas bases, e não como mero exercício escolar. Dentro das questões problematizadoras que foram aplicadas, a compreensão dos professores e gestores acerca do PPP trouxe discussões importantes e da mesma forma, necessárias. A pesquisa qualitativa permitiu ao estudo o contato com a realidade, com as ações individuais e em grupo, considerando que “abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la” (MARTINS, 2004, p. 292) torna o processo mais válido. Avaliar o caráter do PPP abre desafios a serem discutidos, e lança subsídios que proporcionam que novos objetivos sejam alcançados, principalmente quando são almejados nas falas dos próprios professores e gestores, considerando que “a nova realidade social a ser parida também por nós educadores é mais do que uma espera; é um escavar no hoje de nossas práticas à procura daquilo que hoje pode ser feito” (CORTELLA, 2008, p. 130). Partiu-se da condição de compreender como visualizam esse documento, quais os benefícios deste projeto para a escola, dentre outras condições que o envolvem, considerando a atenção voltada também a esse processo, quanto a responsabilidade de estar em contato, levantar questões, convidar, coletar os dados e analisar a fala desses sujeitos que estão presentes na escola, além de articular o levantamento dessas falas ao olhar dos estudiosos, ao perceber a importância de cada uma dessas realidades quando

envolvidas nesta temática, e que somam a uma grande rede de discussão. Ao buscar conhecer a forma como os professores compreendem esse documento, problematizaram-se suas percepções a partir da elaboração do questionário aplicado ao grupo de professores e gestores da escola, analisando na escrita dos sujeitos o modo como concebem esse documento, quando o questionário é visto “como instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). Dentro desta discussão, a professora Alice citou que o PPP

É um documento existente em todas as escolas que têm como objetivo nortear todo o trabalho escolar; o documento deve envolver ideias, propostas que serão desenvolvidas no decorrer do ano em todas as dimensões, pais, alunos, professores, funcionários e gestores.

Da mesma forma, outros professores destacaram o PPP dentro dessa visão, ao discorrer que

Nas minhas palavras é como uma constituição que, *direciona, orienta, inspira* os professores e os pais dos alunos, bem como os próprios alunos (Sofia, grifos da autora).

É um *documento norteador da nossa prática*, onde se estabelecem as metas e objetivos a serem alcançados, *baseados na realidade escolar* (Laura, grifos da autora).

É a espinha dorsal que sustenta, orienta os professores na sua prática do dia a dia (Analu).

A partir dessas falas, percebem-se subsídios que indicam o PPP como instrumento que norteia a escola, e dentro da visão que esses sujeitos mantêm, como documento que serve como base para tudo que é feito, discutido e proposto dentro desse ambiente. Dentro das questões abordadas, o PPP aparece como direção para todas as dimensões escolares, como orientação do trabalho desenvolvido dentro da instituição, bem como o contato com a comunidade externa. A professora Cecília também comentou que, sendo construído por todos os seus sujeitos, ele pode e deve ser usado por todos aqueles que se envolvem nesta realidade, independente da função ou do cargo que exercem. Considera-se também que, se o PPP atua como condição de análise de toda a instituição, é característica indissociável dele a constante reorganização, feita à medida das necessidades. E essa condição também é analisada quando a professora Sara destaca que “é um guia de atuação escolar, um documento orientativo, norteador das ações tomadas pela escola ou guiando as escolhas tomadas pela comunidade escolar. É um projeto sempre em mudança”. Essa análise permite que seja dada a ele

uma condição de inacabamento, de constante reformulação coletiva, quando os sujeitos compreendem que “a força do planejamento participativo encontra-se no grupo” (ROSSA, 1990, p. 9). Quando a pergunta foi direcionada à equipe de gestão, Joana destaca também que “O PPP é o norteador de tudo, de todos os âmbitos da escola: administrativo, pedagógico, financeiro, ele mantém toda a legislação vigente, e as vivências dos momentos educativos, o que precisa ser vivenciado na escola”. Do mesmo modo, a gestora Miriam cita que

Papel fundamental e indispensável, pois ele é uma ferramenta, instrumento que delibera, orienta, norteia, “suleia” a instituição, a comunidade escolar, as ações que são desenvolvidas nesse espaço e dentro dela. A partir dele são desenvolvidas ações que nós nos propomos. A partir de 2020, serão anexados nele as regras e normas da escola, sendo que ele é baseado em toda a legislação federal e estadual no âmbito da educação, por isso que ele é de suma importância. Parte da realidade local, do nosso município, da nossa região, por isso que cada escola de SC tem seu PPP, é a lei maior da escola, e que norteia todas as ações (Miriam).

Ambas são colocações muito pertinentes e demonstram a seriedade com que tratam esse documento escolar, subsidiados por uma gestão democrática, quando citam o envolvimento do grupo como um todo, o contexto como um todo. É a partir desses relatos que os objetivos da pesquisa são alcançados, quando, assim como nesta fala, as hipóteses levantadas se tornam concretas. Por isso, é preciso ter-se um comprometimento com este projeto, percebendo que

Sem uma coordenação que tenha conhecimento da metodologia, que tenha decisão política, para implantar o Planejamento Participativo, que abra espaço para todos participarem das decisões, execução e avaliação, é ilusório pensar que o planejamento seja possível (DAMKE, DAMKE, 1990, p. 19).

Nota-se, com clareza, que nessas falas há muitas concepções que demonstram como o PPP é compreendido, e para além dele, como se organiza a instituição, quais são seus objetivos e o que a sustenta. Falar do PPP não é apenas, e tampouco, falar do documento em si, mas compreender o que quer falar, de que conteúdo ele é construído, a partir de quais bases. Não há como falar do PPP sem reflexão. A partir destas discussões, e levando em consideração o saldo positivo de como esse documento é visto, indagou-se, também, sobre os *benefícios que visualizam neste projeto*, a fim de constatar, com base sólida, seu papel. Sofia cita que, “para os professores serve para uni-los em compromisso com a sociedade”, e que traz um de seus próprios princípios, quando se possibilita, nos momentos de debate que o envolve, unir os professores, trabalhar coletivamente, e instigar melhorias, e além disso, firmar o compromisso com o meio em que estão inseridos, envolvendo a questão da diversidade que nela está presente.

O PPP, junto às ações que são construídas na escola, não é individual, mas ambos se complementam e se unem em um processo contínuo. O espaço da escola em debate possibilita a discussão dos materiais que subsidiam as práticas realizadas, a existência do currículo, do PPP, dos planos e regimentos, pois

[...] considera-se que a concepção dialética é que deve servir de pressuposto para um Projeto Político Pedagógico. Essa concepção considera, por um lado, o homem como a síntese de múltiplas relações e, por outro lado, o contexto socioescolar como instância privilegiada para compreensão dos problemas educacionais (OLIVEIRA, 2003, p. 43).

Na sequência das discussões, alguns professores destacaram também a necessidade de se abrir novos espaços para o estudo deste documento escolar. Instiga-se, portanto, o olhar voltado aos tempos da escola, os momentos destinados a tais discussões, e para a análise do que está sendo realizado. Por muitas vezes, a necessidade de dar conta de todas as demandas da escola não possibilita esses momentos de estudo, que vem ao encontro do que os professores, gestores e demais sujeitos precisam. Percebe-se assim, a própria necessidade de se organizar tempos e espaços que possam suprir com essa lacuna da discussão, a partir do que os professores trazem como sugestão e instigam a análise. As gestoras também foram indagadas quanto aos elementos que facilitam ou dificultam o processo de elaboração, implantação e utilização do PPP dentro da escola. A gestora Miriam cita que

O que mais dificulta é a participação da comunidade escolar nesse processo. Existe bastante diversidade entre as famílias, os membros dessa comunidade. No seguimento família é difícil envolver todos eles, os alunos que estão em diferentes turnos, e os funcionários e professores que trabalham em escolas diferentes; não há um dia onde todos param e se encontram para isso. O que facilita é a questão do envolvimento das pessoas que se envolvem nesse momento. Ele está em construção constante, em uma reunião pedagógica, em uma prestação de contas. Onde vê-se a necessidade de uma mudança ela é feita, sendo feita sua alteração; quem pode quando é solicitado consegue participar também (Miriam).

São colocações significativas e que trazem pontos que destacam o processo e os sujeitos que estão presentes nele, e que também abre espaço para discutir os eventuais desafios e superá-los, na medida da necessidade que surge, principalmente a medida que essa discussão origina um ato de reflexão e age no sentido de ser melhorado. Entende-se a importância de discuti-lo, e de se perceber que “um projeto pedagógico bem definido, com as prioridades colocadas de forma consensual, facilitará sua partilha para além dos profissionais da educação, envolvendo alunos, seus pais e mesmo a comunidade local” (PENIN, 2002, p. 41). Além disso, ao olhar para o PPP, a

professora Elisa afirma que “além de nortear os destinos da escola, direcionar as ações e as atividades, o documento propõe normas, diretrizes, organização administrativa, pedagógica, financeira e patrimonial”. De forma linear, é citado com disponibilidade e enquanto discussão do grupo escolar, a fim de ser um documento que norteia todas as esferas da escola. É por isso que, para além de destacar essa visão dos professores, questionaram-se os benefícios que o documento traz para a escola, além de demonstrar o papel que este projeto tem quanto às ações gerais que são desenvolvidas. A gestora Gabriela destaca também que

O PP possui caráter eminentemente político, ou seja, tendo a definir o que se quer com o ato educativo, que tipo de homem e de mundo se quer construir, requerendo dos professores e da escola uma posição clara diante das contradições sociais. O papel político da educação precisa ser constantemente lembrado, tendo em vista as pressões do conformismo, do engodo da neutralidade, da neutralização das desigualdades sociais [...].

Portanto, se dentro deste espaço escolar ocorrer as discussões, já se compreende o quão relevante é o papel da escola, que serve como palco para acolher o aspecto multicultural da sociedade, considerando que é inevitável negar que “nos dias atuais as demandas postas para as escolas estão aumentando em número e diversidade” (NÓVOA, 2002, p. 193). O diálogo constante em torno do PPP permite a remodelação da prática de ensino e de aprendizagem, voltada a uma discussão da realidade, e subsidiada por teorias. A partir disso, condiz dizer que é um espaço de formação que possibilita a construção de “novos saberes, novos objetivos, novos conteúdos, novas estratégias e novas formas de avaliação” (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 157). Ao ocorrer na escola, essa formação permite visualizar o PPP como instrumento que tem aspectos teórico-metodológicos que possibilitam aos professores refletirem e formarem-se constantemente. Discute-se, portanto, a condição proposta de criar professores-pesquisadores, e que usar a escola como espaço de discussão traz importantes condições para se pensar nesta formação docente, na constituição dos sujeitos que a compõem, e que são responsáveis por firmar uma educação para todos. São questões de extrema importância, que se voltam a discutir uma nova concepção de escola, com espaços e documentos que possam problematizar a realidade que é vivenciada, na qual o professor se reconheça no processo e que atue como protagonista também de sua formação, sem a necessidade de receber uma formação que não condiz com a realidade de sua atuação. Nóvoa (2004) trata exatamente dessa questão quando o coloca como educador reflexivo dentro da formação contínua, que permita que ele seja o protagonista dessa formação, e não apenas um sujeito que segue o que é concebido por outros.

Esta condição de inacabamento e de constante reformulação que surge por meio do PPP vincula-se aos seus benefícios, e permite que seja reconstruído de acordo com as necessidades da realidade e das condições dos professores. A professora Valentina ainda afirma que “por ser um documento inacabado, está constantemente em construção e transformação, sendo flexível para se adaptar às necessidades de cada instituição de ensino”. Nas demais colocações, os professores destacam o PPP a partir das bases que o orientam, como se desenvolve o trabalho do professor, o envolvimento com a família, com a sociedade, considerando que

Articula ideias e ações; norteia a prática pedagógica da comunidade escolar; cria condições de se pôr em prática as ações de ensino aprendizagem; propõe uma construção de conhecimento participativa; mostra as intenções educativas da escola; é uma proposta de melhoramento (Cecília).

Possui o estudo da comunidade escolar, tornando-se um documento muito informativo; apresenta a escola, modalidades de ensino e estrutura física e pedagógica; orienta o trabalho escolar (Sara).

A professora Analu também cita que pelo PPP é possível compreender os “trabalhos coletivos, conhecer a filosofia da escola, a função desempenhada pelos funcionários da escola, leis, decretos, portarias..., conhecer a diversidade/pluralidade existente no contexto escolar”. Deste modo, este projeto participativo envolve constantemente, a partir de suas discussões, “pessoas politicamente interagindo em função das necessidades, interesses e objetivos comuns” (VIANNA, 1986, p. 18), e por isso é concretizado como documento que pode vir a orientar uma formação com seriedade, comprometida com todos os sujeitos e com a construção de uma sociedade mais igualitária. Com caráter positivo, o PPP, a partir dessas falas, é intercalado à visão formativa, pois exige discussão, leitura, problematização. Se analisado, percebe-se que

[...] é um processo em que as pessoas realmente participam porque a elas são entregues não só as decisões específicas, mas os próprios rumos que se deve imprimir à escola. Os diversos saberes são valorizados, cada pessoa se sente construtora – e realmente o é – de um todo que vai fazendo sentido na medida em que a reflexão atinge a prática e esta vai esclarecendo a compreensão, e na medida em que os resultados práticos são alcançados em determinado rumo (GANDIN, 1988, p. 82-83).

Do mesmo modo, na perspectiva de construir uma formação efetiva, a partir da escola, problematiza-se junto a seus aspectos, a própria identidade do docente, e a importância de fazê-los se reconhecer dentro desta profissão, lutando contra todas as formas de imposição e de mecanismos que buscam silenciar a sua voz e a voz da escola. Assim, “o que conduz que a formação dos professores passe a ser ‘centrada na escola’, e não em uma relação de exterioridade com o contexto de trabalho” (CANÁ-

RIO, 2006, p. 66). Por isso que a eles também é indagado como ocorre a participação na elaboração do PPP, visto que é importante considerar como ele é elaborado quanto à possibilidade que se abre para ser um instrumento formativo. Nas falas das professoras, faz-se presente a colocação dos momentos em que há espaço de socialização, de formação coletiva, de discussão dentro da escola. Analisa-se nesta questão, também, se nesta instituição o PPP é debatido e paulatinamente evidenciado. Portanto, os professores citam que

Minha participação assim como a dos demais membros da escola é na leitura dos documentos/textos/legislação discussão e troca de ideias para formação de um texto teórico embasado e conciso, mas específico e autêntico de nossa realidade. A parte final da redação é feita pelo setor pedagógico e administrativo (Lívia).

Nós professores não atuamos individualmente na elaboração do PPP. Este documento é elaborado em conjunto e no debate de ideias nas Assembleias dos Pais e Professores e outras reuniões extraordinárias entre pais e escola. Há possibilidade de alteração no PPP somente pela escola, no que se refere ao seu funcionamento (Sara).

Considera-se então que o PPP é estruturado por todos aqueles que estão na escola, ancorado por meio das sugestões, ideias, condições que vão surgindo e sendo propostas. O trabalho é feito coletivamente, ou seja, há um momento em que todos são chamados a participarem, contribuir, o que o torna um espaço formativo, de troca de experiências, suscetível a mudanças necessárias. As gestoras também concordam com esse espaço de discussão do PPP, quando destacam

Sim, todo o momento que existir algo que coloca a nossa atuação em cheque, abrimos essa possibilidade de discussão e alteração do PPP, por uma alteração criada por dificuldades no decorrer do processo, dos dias letivos, no trabalho enquanto escola, seja via reunião, seja via parada pedagógica, seja através de assembleia ou seminário desenvolvida com os pais, de acordo com uma situação-problema, onde mudamos, alteramos, discutimos o PPP (Miriam).

Sim, no decorrer do ano, de acordo com as capacitações e paradas pedagógicas; de acordo com a demanda do próprio estado, que envia considerações necessárias para que sejam discutidas e problematizadas (Joana).

As chamadas “reuniões pedagógicas” que são efetuadas nas escolas são vistas como importantes momentos de discussão e de avaliação das demandas escolares. Como podemos perceber, o PPP é visto como norte, pois, à medida que é construído coletivamente, apresenta os subsídios que orientam essa prática, sugerindo metodologias diferenciadas e que tornam o ensino algo prazeroso e diversificado. Ainda mais, pode-se considerar um importante instrumento por conter as bases orientadoras, de

acordo com a legislação. Se, deste modo, o planejamento se torna participativo, ele permite a ação conjunta, baseado nas condições de que

a) planejar é transformar a realidade numa direção escolhida; b) planejar é organizar a própria ação (de grupo, sobretudo); c) planejar é implantar “um processo de intervenção na realidade”; d) planejar é agir racionalmente; e) planejar é dar clareza e precisão à própria ação (de grupo, sobretudo) (GANDIN, 1983, p. 18-19).

Ainda existe uma visão homogênea que é característica da escola que precisa ser desconstruída, por meio de muito diálogo, para que se possibilite a construção de uma nova realidade. Surge a ela então, uma nova função, que “[...] nesse contexto, mais que transmissora da cultura, da “verdadeira cultura”, passa a ser concebida como um espaço de cruzamento, conflitos e diálogo entre diferentes culturas” (MOREIRA, CANDAU, 2003, p. 160). A educação é este processo contínuo, e por isso que ambos os processos se transformam constantemente. Os projetos, as ações, são reformulados à medida das necessidades da escola, e é partindo de cada contexto e de cada experiência que essas exigências surgem e encaminham desafios a serem superados. Por isso, reitera-se a importância dos sujeitos se perceberem neste campo de atuação, e juntos lutar pela garantia de melhores condições de trabalho e pela criação de políticas educacionais que valorizem os profissionais da educação e priorizem uma educação de qualidade. Os fundamentos teórico-metodológicos que são analisados no PPP não são visualizados como receitas, nem como formulários prontos a serem seguidos, mas como resultados e evidências das próprias discussões, que são embasadas pela legislação, pela construção de projetos e de ações. Por isso, o projeto não está pronto, mas em construção. Nele, “a equipe vai depurando, explicitando, detalhando a inserção dessa escola na transformação social” (PIMENTA, 1993, p. 70-80). O PPP pode ser visto como um documento orientador por ter uma discussão coletiva, e que também parte de objetivos criados coletivamente. Para além dos aspectos exigidos dentro de um projeto, é preciso vê-lo como documento que integra a escola como ela é.

Considerações finais

A partir de toda a discussão realizada, subsidiada pelo entendimento do que os autores relatam sobre o PPP, e para além disso, acerca das falas dos professores e gestores quanto a esse documento, percebeu-se, especificamente dentro desta escola, a extrema relevância com que o PPP é construído, implementado e avaliado. Constituindo-se como um documento orientador, o PPP é debatido coletivamente em momentos

específicos, mas também quando carece de outras discussões, advindos de suas necessidades, e faz parte da formação continuada que é contemplada aos professores dentro da escola. O olhar direcionado a esse documento permite observar o que ele carrega, como núcleo da escola e que traz sua filosofia, haja vista que mantém viva a voz de todos os sujeitos que na escola estão presentes, seja por meio dos fundamentos que orientam a prática escolar, sejam pelas ações a serem desenvolvidas, pelos objetivos a serem alcançados, seja pelos grupos que unem os diversos sujeitos que trabalham coletivamente em prol de uma educação de qualidade, aliado a uma gestão democrática. O PPP surge, para além da exigência, com essa possibilidade de ser um documento que acolhe a escola e suas necessidades, pois é feito por meio destas condições e por ela. Como documento que possibilita constantes discussões coletivas, serve como norte e ponto de partida de todo trabalho que é realizado dentro dela, um alicerce que auxilia nas transformações que são almejadas. Assim como Romão e Gadotti (1994) destacam, é necessário que o PPP seja um meio de olhar o horizonte repleto de possibilidades, e de que seja um processo com muitas indagações advindas das respostas já concebidas, por meio de questionamentos que instigam “que educação se quer e que tipo de cidadania se deseja, para que projeto de sociedade” (ROMÃO, GADOTTI, 1994, p. 42). Sendo um documento que é acolhido por todos neste meio, e que mantém a característica viva da sociedade que se insere, o PPP pode ser também, um instrumento formativo, ao apresentar condições que instigam o debate, a discussão coletiva, a problematização. Por meio destes espaços onde a discussão se firma é que se pode almejar uma mudança, pois ela só acontece em um meio que problematiza e instiga reflexão e aprendizados coletivos constantes.

Referências

BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes curriculares nacionais da educação básica*. Brasília, DF, 2013.

CANÁRIO, R. *A escola tem futuro? Das promessas às incertezas*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2006.

CARVALHO, J. M. O não lugar dos professores nos entrelugares de formação continuada. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 28, p. 96-107, jan./abr. 2005. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782005000100008>

- CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento*. São Paulo, SP: Cortez, 2008.
- DAMKE, H.; DAMKE, I. R. Planejamento participativo nas escolas: retomando aspectos essenciais. *Revista Educação AEC*, Brasília, v. 19, n. 75, 1990.
- FERREIRA, N. T. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1993.
- GADOTTI, M. Projeto político pedagógico da escola cidadã. In: BRASIL. *Salto para o futuro: construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.
- GANDIN, D. *Escola e transformação social*. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1988.
- _____. *Planejamento como prática educativa*. São Paulo, SP: Loyola, 1983.
- MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000200007>
- MOREIRA, A. F.; CANDAU, V. M. Educação escolar e culturas: construindo caminhos. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-68, ago. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200012>
- MOROSINI, M. (Ed.). *Enciclopédia de pedagogia universitária: glossário*. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- _____. *Formação de professores e trabalho pedagógico*. Lisboa: Educa, 2002.
- _____. A solução pode estar no trabalho de pensar o trabalho. *Revista Número Zero*, abr. 2004.
- OLIVEIRA, M. A. M. Learn to learning: a guarantee of teaching quality? In: INTERNATIONAL CONFERENCE TEACHING AND LEARNING IN HIGHER EDUCATION. 2003, Aveiro. *Anais...* Aveiro: Universidade de Aveiro, 2003.
- PIMENTA, S. G. *Docência no ensino superior*. São Paulo, SP: Cortez, 2002.
- _____. Questões sobre a organização do trabalho na escola. *Série Ideias*, São Paulo, n. 16, p. 78-83, 1993.
- PENIN, S. T. Didática e cultura: o ensino comprometido com o social e a contemporaneidade. In: CASTRO, A. D.; CARVALHO, A. M. (Orgs.). *Ensinar a ensinar*. São Paulo, SP: Cortez, 2002. p. 25-48.

ROSSA, L. Valores emergentes do planejamento participativo. *Revista Educação AEC*, Brasília, v. 19, n. 75, 1990.

ROMÃO, J. E.; GADOTTI, M. *Projeto da escola cidadã: a hora da sociedade*. São Paulo, SP: Instituto Paulo Freire, 1994.

SAVIANI, D. *Gestão democrática na escola pública*. São Paulo, SP: Ática, 1997.

TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, C. S. *Currículo: a atividade humana como princípio educativo*. 3. ed. São Paulo, SP: Libertad, 2011.

_____. *Planejamento: plano de ensino: aprendizagem e projeto educativo: elementos metodológicos para a elaboração e realização*. São Paulo, SP: Libertad, 1995.

VIANNA, I. O. A. *Planejamento participativo na escola*. São Paulo, SP: Pedagógica e Universitária, 1986.

Submissão em: 07/01/2020

Aceito em: 21/02/2020